

MEMÓRIA E PRODUÇÕES DISCURSIVAS EM PÁGINAS
INSTITUCIONAIS
MEMORY AND DISCOURSIIVE PRODUCTIONS IN INSTITUTIONALS
WEBSITES

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de
Universidade Federal do Rio de Janeiro – antoniojose@facc.ufrj.br
SILVA, Francini Rodrigues da
Universidade Federal do Rio de Janeiro - cinirs87@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho procura identificar nas páginas institucionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) práticas discursivas que se referem à transparência na divulgação das informações sobre assistência estudantil. O método utilizado está fundamentado na pesquisa exploratória e procura aliar a prática discursiva à consolidação de um perfil institucional, via compartilhamento de memórias. Procura-se perceber de que formas o discurso institucional, materializado nas páginas (*websites*) das instituições, busca a estabilidade e a homogeneização, procurando suprimir as contradições, os embates, as discordâncias e as vozes que destoam da condução dada pelas sucessivas gestões.

Palavras chaves: Memória. Instituição. Discurso.

Abstract: The paper seeks to identify the institutional pages of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), discursive practices that relate to transparency in the disclosure of information on student assistance. The method used is based on exploratory research and seeks to combine the discursive practice the consolidation of an institutional profile, via memory sharing. Wanted realize that shapes the institutional discourse materialized pages (*websites*) institutions, seeks stability and homogenization, trying to suppress the contradictions, conflicts, disagreements and the voices that clash driving given by successive administrations.

Keywords : Memory. Institution. Discourse.

INTRODUÇÃO

As instituições universitárias federais, nas duas últimas décadas, têm sido marcadas por mudanças em suas estruturas. A partir do 1º governo Lula, políticas de Estado voltadas à ampliação do Sistema, como o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas Federais (REUNI), associadas à Política de Democratização do Acesso, concretizada pela Lei 12.711/2012- Lei de Cotas trouxeram novas realidades e grandes desafios para as universidades federais.

A expansão tem trazido para as universidades a necessidade de implantação de novas rotinas e novos procedimentos administrativos. As instituições têm se deparado com a revisão de suas perspectivas, tanto na dimensão quantitativa quanto na qualitativa: para além da materialidade predial, da necessidade de maiores instalações, novas práticas pedagógicas e novas ações sociais precisam ser tomadas para a incorporação de um novo público que chega principalmente como consequência imediata da aplicação da Lei de Cotas.

Este processo não tem sido uniforme e homogêneo, apresenta contradições e depara-se com limitações materiais e simbólicas. Para além da escassez dos recursos orçamentários necessários; há dificuldades de ambos os lados – instituição e alunos -, no processo inicial de convivência. Contestações têm sido comuns por parte dos alunos. Por outro lado, nas instituições, tem-se verificado o aumento das enunciações contrárias às atuais ações de democratização; ou, quando favoráveis, reiteram posições contrárias às formas como a Política de Acesso tem se materializado no interior das instituições. Tempos conflitantes; tempos de acomodações entre as novas práticas e a tradição universitária

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho está apoiado nos conceitos de Memória Social; Instituição e Discurso; Ação Afirmativa e Assistência Estudantil.

MEMÓRIA SOCIAL

A memória aqui é entendida como um fenômeno social (ou coletivo, na perspectiva de M. Halbwachs), dificilmente sendo produzida de forma única, pois é um território que aborda múltiplas definições. Podemos entendê-la como construção coletiva (grupos, coletividades, instituições e sociedade) socialmente armazenada e definida, submetida a flutuações, transformações e constantes mudanças. Embora sejam os indivíduos que se lembram, admite-se que a forma como se lembram e o conteúdo do que lembram é socialmente determinado, ou pelo menos, sofre interferências da dimensão social.

Temos como pressuposto que a memória, em sua constituição, passa por processos constantes de seletividade: nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado. A memória é em parte, herdada, não se referindo apenas à vida física das pessoas. Sofre flutuações em função do momento em que é articulada, em que está sendo expressa. Sendo assim, as preocupações atuais constituem um elemento de estruturação da memória. Quando “enquadrada” pela história, a memória, já é resultado de processos de lutas políticas e embates ideológicos. Nenhum grupo social, nenhuma instituição, nenhuma coletividade, por mais estáveis que pareçam ser, têm a garantia de uma perenidade duradoura. O social sempre será o terreno das possíveis alianças, mas também das desavenças, lugar de cooperação, mas também de disputas e incompatibilidades. (POLLAK, 1989).

INSTITUIÇÃO E DISCURSO

As instituições são formas de saber que constituem informações e memórias que circulam visando sua reprodução, a seletividade está em jogo, por isso torna-se importante que conheçamos suas regras e funcionamento, seus critérios e suas normas.

As instituições criam mecanismos de controle para a construção de uma pretendida identidade e assim, confere padrões de identidade a seus membros, exercendo mecanismos de controle sobre suas memórias. Para tal, leva-os a esquecerem de experiências incompatíveis com sua imagem de unidade e correção, trazendo para suas lembranças e mentes os acontecimentos que apoiam uma homogeneidade que dilui, quando não apaga, as diferenças e eventos contraditórios. O discurso institucional é o lugar, por excelência, desta memória em funcionamento, onde a materialidade discursiva institucional convive com silenciamentos.

As lembranças e os esquecimentos que constroem as instituições e os discursos institucionais (relação de reciprocidade) são constantemente permeados por relações de disputas que se estabelecem entre seus diversos grupos. Os indivíduos e as instituições são produções de constantes interações entre convergências e disputas por poderes e saberes e o discurso institucional procura estabilizar suas incongruências, visando sua reprodução.

A memória se constrói e reconstrói na e pela linguagem, como enunciações ou como discursos ligados a diversas formações discursivas, que estão ligados a uma rede de sentidos, a linguagem aqui é entendida como prática social concreta, como sistema de atos simbólicos realizados em determinado contexto social, com objetivo preciso de produção de sentidos. Não é somente um meio através do qual se descreve o mundo ou se interpreta a realidade, ao contrário, é o modo de agir no mundo, isto é, de interagir socialmente. (BAKHTIN, 2010).

Toda palavra é carregada de um conteúdo e de um sentido ideológico, liga-se diretamente às experiências de vida de indivíduos ou grupos, e todo discurso tem a finalidade de expressar e produzir sentidos e, mais do que somente expressar um “puro pensamento”, configura-se como consequência de relações ideológicas. Orlandi (2007) apresenta uma reflexão importante nos estudos do discurso e discursividade. Concebido como fundador e estruturante de sentidos, o *silêncio* não é transparente, pelo contrário, é tão ambíguo quanto às palavras, pois se produz em

condições específicas que constituem sem modo de significar.

ASSTÊNCIA ESTUDANTIL E OS DISCURSOS INSTITUCIONAIS

Pela Lei 12711/2012 (Lei de Cotas), as vagas reservadas (50% do total da reserva de vagas de cada instituição) serão subdivididas- metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, também será levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Neste cenário, a assistência estudantil pode ser entendida como ação concreta pedagógica que perpassa todo o processo da formação acadêmica, entende-se que a mesma deva se configurar como um conjunto de medidas de inclusão social que visem possibilitar que estudantes, em especial aqueles oriundos dos grupos desiguais, tenham condições para a permanência na universidade e realização da formação superior. Tais medidas devem se materializar num conjunto de ações a serem implementadas para dar aos estudantes o apoio em diversas áreas das necessidades humanas na perspectiva de uma formação ampliada, de um bom desempenho acadêmico e de uma trajetória universitária bem sucedida, de modo a evitar a retenção e a evasão escolar. (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2014).

A assistência estudantil pressupõe clara articulação às políticas acadêmicas, atuação multiprofissional, que demanda formações diversas colocando um desafio para a universidade a definição de limites e das competências entre a instância central de assistência estudantil e os demais setores e acadêmicos e administrativos da universidade. Caso contrário, além de fragmentadas, as ações demandarão uma estrutura para além do adequado e razoável. (OLIVEIRA; MAGALHÃES, 2014).

OBSERVANDO AS PÁGINAS INSTITUCIONAIS

Os dados empíricos desta pesquisa foram coletados nas páginas (*websites*) institucionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Superintendência Geral de Políticas Estudantis (SuperEst). A técnica de coleta de dados a ser utilizada é a pesquisa documental, que se vale de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Além de analisar documentos de primeira mão, existem também os que já foram processados, mas podem receber outras interpretações (GIL, 2008).

A coleta dos dados foi realizada no período de março de 2015, mas as reportagens coletadas variam entre os anos de 2013 e 2015. A amostra deste trabalho contou com 3 (três) reportagens. Os levantamentos dos dados recuperados na análise empreendida neste trabalho foram elaborados nas seguintes etapas: a) buscar e identificar os conteúdos informacionais acerca da problemática da assistência estudantil nas páginas da UFRJ e da página da SuperEst; b) verificar e analisar como os conceitos apresentados neste trabalho correspondem uma transparência na divulgação das informações sobre assistência estudantil.

As páginas institucionais tem um compromisso em autorreferenciar determinado nível oculto de informações. Valendo-se da linguagem, atua na enunciação, ou seja, no conteúdo informacional produzido e transmitido por um canal (ata, notícias, relato, etc.), atravessado pela ideologia, entendendo-a como ideias que um determinado grupo social produz a respeito de meio envolvente e da função que exerce nesse meio. A ideologia se materializa na linguagem. Ao publicar uma notícia na página institucional, esta já nasce e chega aos leitores carregada de sentidos, não há clareza de como se constituem, mas de alguma forma significam em nós e para nós, quando tratamos de linguagem/discurso não há neutralidade.

Ao enunciar determinada informação, a instituição silencia outras, ao falar que tudo está em ordem, que providências em relação à assistência estudantil estão sendo tomadas, ela silencia que alunos estão vulneráveis, que não existem programas de assistência suficientes que atendam as reais necessidades. Compreendendo a partir do não dito, do que é silenciado. Esta enunciação, a partir dos conceitos trabalhados sobre memória social, está relacionada com a

seletividade, nem tudo é registrado.

O que é dito por uma instituição está relacionado com a atividade em que os participantes estão envolvidos, o enunciado têm relação com as palavras, mas não pode ser confundido com elas, ao construir os enunciados procura-se defini-los a partir de seus destinatários. As notícias sobre assistência estudantil produzidas pela universidade tem uma intenção, produzida na página da SuperEst tem outra intenção, levada para a mídias sócias tem outra intenção.

A seguir, exemplos da materialidade discursiva coletadas nas páginas (*websites*) institucionais:

Exemplo 1- UFRJ tem fila de 201 alunos por vaga na Residência estudantil

Conteúdo:

“Há uma preocupação em relação à necessidade de ampliação de investimentos na assistência estudantil, particularmente, para as questões de moradia.”

“Nem todos os estudantes estão necessariamente tendo que alugar vagas de apartamento, estão voltando a morar com seus familiares que moram no Rio e Grande Rio... muitos ainda estão lá no momento em que a demanda de alunos de outros estados não tinha aumentado.”

“Se a gente não sabe quem são os alunos[...] não posso falar com segurança quem são os agregados no alojamento. Não posso favorecer o agregado e prejudicar o que está concorrendo.”

Fonte: UFRJ, 2013 [O Globo].

Exemplos 2- Comunicado aos estudantes

Conteúdo:

“[...] não mais ocupo a função de Superintendente Geral de Políticas Estudantis da UFRJ [...] alguns outros ocupantes de cargos de confiança na SuperEst também entregaram suas funções.”

“A razão essencial de nossa decisão foi o descompasso entre a importância que todos os que atuam na SuperEst dão a Assistência Estudantil e o papel secundário que nossa Universidade, pessoas, instâncias e colegiados emprestam a ela.”

“Essa situação de pouco apoio para a área da assistência estudantil, o desrespeito

às normas institucionais e a opção por decisões casuísticas, contrariamente ao interesse do conjunto dos estudantes, [...] já motivou um ano atrás a saída do então Superintendente.”

Fonte: SuperEst, 2015.

Exemplos 2- UFRJ tem novo superintendente de políticas estudantis

Conteúdo:

“[...] sua preocupação é contribuir para as políticas de acesso e permanência dos alunos da UFRJ.”

“São políticas públicas importantes, implementadas nos últimos doze anos, e que expandiram vagas e aumentaram o acesso, a democratização e a excelência dos nossos cursos.”

“Vamos dar continuidade às importantes ações desenvolvidas [...]. Não podemos ter retrocesso.”

Fonte: UFRJ, 2015.

As análises apontaram para a percepção de que as condições de produção das matérias foram cuidadosamente elaboradas e nas situações em que o problema institucional foi colocado publicamente, houve constantes mediações entre as instâncias envolvidas. As enunciações eram precedidas por uma “afinação” institucional, que selecionava o que seria publicado/enunciado ou silenciado. O lugar institucional dos enunciadores também é definidor do que se fala. Ao enunciator-gestor, nem tudo é permitido falar. Seu enunciado é o enunciado institucional e produzirá sentidos específicos. Via de regra, percebeu-se também que os enunciados institucionais não apontavam rupturas radicais, sendo as mudanças associadas e uma continuidade de ações que objetivavam melhores resultados. Para tal fim, os problemas, via de regra, quando enunciados explicitamente, buscam logo a sua associação a ações que busquem sua superação.

CONSIDERAÇÕES

As produções dos discursos-informacionais das instituições produzidas nos canais institucionais, é uma forma de validação das representações sociais dessas instituições em seu contexto, pois neste processo, as mesmas reiteram, atualizam e modificam suas identidades institucionais, histórica e social. As páginas institucionais são o lugar onde o compromisso de auto-referenciação acontece. Sendo assim percebe-se que a instituição busca o equilíbrio, diante da problemática da assistência estudantil, o discurso institucional utiliza do silenciamento para homogeneizar os impactos que os conteúdos atuam em sua enunciação. A todo o momento a ideologia atua neste discurso, os valores de quem constitui o corpus institucional não deixa com que a compreensão de determinados acontecimentos seja atravessado à luz da compreensão.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BOURDIEU, P. **O poder do simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

OLIVEIRA, A. J. B.; MAGALHÃES, R. P. Movimentos sociais e as ações afirmativas na educação superior brasileira: uma perspectiva de ampliação da cidadania na gestão universitária. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 14., 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2014.

OLIVEIRA, A. J. B. ; ORRICO, E. G. D. Memória, Discursos e Instituição: entre caminhos e fronteiras. In: QUEIROZ, A. C. B. ; OLIVEIRA, A. J. B. (Org.). **Universidade e lugares de memória II**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. (Série Memória Documentação e Pesquisa, 3).

ORLANDI, E. P. **As formas de silêncio**: o movimento dos sentidos. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

_____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.